

Brasil METAL



INTERNACIONAL

Ano X Nº 391
16 de Novembro de 2010
Índice

Lula diz que novo governo terá a "cara de Dilma"	01
"Eu não pensava em ser presidente nem do sindicato"	02
Conferência Sobre Crise na Indústria Automobilística	03
Integração do setor naval no Mercosul	05
Após 33 dias, trabalhadores encerram greve na França	05
A mídia e a agenda do novo governo	06

Em 1º pronunciamento após vitória,

Lula diz que novo governo terá a "cara de Dilma"

Presidente diz que não vai indicar nomes do novo governo, elogia Dilma e pede responsabilidade à oposição.



Em seu primeiro pronunciamento ao lado de **Dilma Rousseff** após a vitória, o **presidente Luiz Inácio Lula da Silva** afirmou que não vai interferir nem na escolha da equipe de transição nem vai indicar nomes para a futura equipe ministerial. Ele disse que o novo governo terá a "cara de Dilma".

O presidente afirmou que Dilma é "doutora" em assuntos como o pré-sal [para a exploração de petróleo] e que conhece tão bem a estrutura de governo que ele não pretende interferir.

- O governo da Dilma tem que ser a cara e a semelhança da Dilma. Somente ela pode dizer quem ela quer ou não quer.

Para não deixar dúvidas, afirmou que vai ser um exemplo de ex-presidente. "Vou repetir como funciona na minha cabeça: rei morto é rei posto. Eu falei que ia dar uma lição de como se comporta um ex-presidente da República. Um ex-presidente poderá dar algum conselho se algum dia for pedido, mas para trabalhar nunca."

Ele disse que Dilma terá "muita criatividade" porque a estrutura do governo já está pronta. Ele fez uma metáfora com um carro ao dizer que ele "não está na garagem", mas "andando a 120 quilômetros por hora" e "com os pneus calibrados. Ela própria foi coordenadora [de projetos do atual governo]".

O presidente lembrou que a petista vai ter mais deputados e senadores apoiando sua gestão do que ele teve em seus dois mandatos. Mesmo assim, fez um apelo à oposição para pensar no "povo brasileiro" e ajudar Dilma a governar. Pediu que a oposição "seja responsável" e não vote contra os projetos do novo governo motivado por interesses "partidários". Como exemplo, ele citou os R\$ 40 bilhões de investimentos que a Saúde teria perdido com a queda da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), derrubada pela oposição e considerada a maior derrota de seu governo. >>>>

>>> Ao dizer que seu governo não pretende terminar o ano tomando "medidas impopulares" na economia, ele acusou os Estados Unidos e a China de promoverem "uma guerra cambial", mas que, nas próximas discussões do G20 (grupo das 20 maiores economias do mundo), ele "vai para brigar" com o grupo, que dessa vez terá de "enfrentar Lula e Dilma". (Priscilla Mendes, do R7, em Brasília, com R7, em São Paulo)

Assista abaixo ao trecho da coletiva em que Lula diz que somente Dilma pode escolher equipe de governo:



“Eu não pensava em ser presidente nem do sindicato”

Em sua coluna, presidente também defendeu nova fonte de financiamento para saúde. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, nesta terça-feira (16), que, quando assumiu a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, na Grande São Paulo, “não pensava em ser presidente nem do sindicato”.

Na coluna semana O Presidente Responde, Lula contou que foi eleito presidente da entidade em 1975 e que “só pensava em encontrar as formas de melhorar as condições salariais e de trabalho da categoria, o que era extremamente difícil por estarmos vivendo sob uma ditadura”.

O presidente falou ainda sobre as conquistas do movimento na época, apesar de dificuldades, como a criação de uma “lei antigreve”.

- Aos poucos, fomos percebendo que a atuação dos trabalhadores não podia se limitar ao campo sindical, econômico. [...] Foi então que decidimos criar um partido, mas o objetivo eram as conquistas democráticas e trabalhistas.

Ele afirmou que não se imaginava comandando o país, mas depois passou a enxergar como uma possibilidade. Em tom de despedida, Lula disse que seu governo “passou rápido” e desejou sucesso para a próxima presidente, Dilma Rousseff.

Na coluna desta semana, o presidente também falou sobre medidas adotadas para melhoria da segurança e da saúde no país. Ele citou a criação do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) e mudanças no Código Penal. Lula disse que ainda há muito para ser feito na saúde, em especial, em relação ao financiamento do SUS (Sistema Único de Saúde).

Temos várias outras iniciativas e sabemos que é preciso avançar muito mais, o que será facilitado se o Congresso encontrar uma nova fonte de financiamento da saúde.

Produção de veículos bate recorde no Brasil

Nos 10 primeiros meses do ano, foram produzidos mais de 3 milhões de unidades

A fabricação de veículos nos 10 primeiros meses de 2010 bateu recorde, com a produção de mais de 3 milhões de unidades. A maior marca para o período era de 2,922 milhões, registrada em 2008. Os dados foram divulgados pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) nesta segunda-feira (08/11).

No informe da Anfavea, o Brasil produziu de janeiro a outubro 3,043 milhões de veículos. Só no mês de outubro foram 321.814 automóveis, comerciais leves, ônibus e caminhões, o melhor resultado para o mês, com alta de 5,5% ante setembro e aumento de 1,5% no confronto com igual intervalo em 2009.

Empregos - Em outubro, foram computados 116.673 trabalhadores no setor automotivo, cerca de mil a mais do que em setembro. As vendas de veículos aumentaram 8% nos 10 primeiros meses ao ano, na comparação com mesmo período de 2009.

Exportações – O País também teve bom desempenho nas vendas para o exterior. as exportações tiveram acréscimo de 74,8% no acumulado do ano, totalizando 649.302 veículos. Considerando apenas outubro, as vendas para o mercado externo (78.072) tiveram expansão de 6,8% na comparação com o mês passado e alta de 61,1% em relação a igual intervalo em 2009.

Conferência Sobre Crise na Indústria Automobilística



Em 29 e 30 de novembro, aconteceu a Conferência Internacional Sobre Crise na Indústria Automobilística. O **secretário de Relações Internacionais da CNM/CUT, Valter Sanches**, participou do debate Mobilidade e Espaços Sociais e Culturais.

Leia abaixo, o artigo de Flávio Aguiar sobre a conferência.

Carros: seres difíceis e temperamentais

Carros são seres complexos, difíceis e temperamentais. Essa foi a conclusão que tirei depois de assistir, nos dias 29 e 30 de outubro, à Conferência Internacional sobre a Crise do Automóvel (Auto Mobil Krise, em alemão), em Stuttgart, a capital do estado de Baden Württemberg, no sudoeste da Alemanha.

Stuttgart é uma cidade de 600 mil habitantes, onde uma boa parte deles e da sua economia gira em torno da produção automotiva e outras indústrias e empresas conexas. A Daimler, a Porsche e a Bosch nela têm seus QGs mundiais.

A conferência foi organizada pela Fundação Rosa Luxemburgo e pela Linke (A Esquerda), partido político formado por dissidentes do Partido Social Democrata (SPD) e militantes de diferentes origens na antiga Alemanha Oriental, e que hoje tem uma votação entre 10 e 15 %, em geral, dos eleitores, embora em algumas regiões do Leste isso possa chegar a bem mais.

Tomaram parte nela sindicalistas e trabalhadores do setor, vindos do mundo inteiro, além de professores universitários, especialistas em trânsito, meio ambiente, historiadores, jornalistas, políticos. Havia gente da Alemanha, naturalmente, mas também da França, Hungria, Estados Unidos, Brasil, Canadá, México, Suécia, China, Índia, País Basco, Turquia, África do Sul e Inglaterra. O encontro começou pela manhã, no dia 30, com um debate entre os sindicalistas sobre as condições de trabalho e os movimentos sociais nos seus respectivos países. Depois, a partir da tarde do dia 29 até o fim da tarde do dia 30, seguiram-se uma conferência, três mesas redondas e mais workshops abordando diferentes aspectos do tema. >>>>

>>> Conferência Sobre Crise na Indústria Automobilística

(...) Para começo de conversa, só na Europa a indústria automotiva representa dois milhões de postos diretos de trabalho, mais dez milhões de indiretos. Mexer nisso significa mexer diretamente na vida diária de 50 milhões de pessoas (numa estimativa modesta) e em toda a estrutura arrecadadora de impostos de dezenas de países, com os efeitos conexos. E ainda não estamos falando dos interesses de acionistas, empresários, financiadores, etc.

E imaginemos também que esse quadro hoje tem um alcance mundial, não só por causa de países como Estados Unidos e Canadá, mas também por países cujos mercados consumidores estão se ampliando e diversificando, como é o caso do Brasil, da Índia e da China.

Isso traz o tema para duas outras questões igualmente complexas, a da possibilidade de se alterarem a estrutura dos modelos automotivos, de um lado, e a questão das relações de trabalho, do outro. Muito se fala, por exemplo, na produção de modelos movidos a eletricidade. Isso implica mudar a estrutura do chamado "trem de força" dos modelos: motor, transmissão e eixos. Numa economia cada vez internacionalizada, isso afetaria a cadeia produtiva de todos os países, se, por exemplo, a União Européia viesse a adotar um modelo como esse como preferencial, ou mesmo único.

Além disso, uma das principais questões do setor permaneceria de pé, pois, mudando-se a estrutura dos modelos, não se muda, necessariamente, a estrutura e o padrão do consumo. Uma mudança dessa natureza, sem uma redefinição do alcance do transporte coletivo pode diminuir a emissão de gases para a atmosfera, mas não vai diminuir a intensidade de outros problemas, que vão desde os engarrafamentos com as horas/homem perdidas nisso, até problemas cada vez mais coletivos, como o estresse que tudo isso provoca.

No Brasil, a produção de eletricidade pode ser cômoda, graças ao potencial hidroelétrico do país, desde que compatibilizada com a preservação ambiental. Mas em outras regiões do globo a questão é mais complicada, como na Europa, onde a produção de energia se dá, em grande parte, através de usinas nucleares e termoelétricas, o que traz outros problemas e preocupações.

Do lado das relações de trabalho, ficaram expostas as enormes diferenças entre as regiões e países presentes. E não se pense que se trata de dizer que nos países adiantados as situações são melhor desenhadas do que nos emergentes. Sim, há casos complicados, como o da Índia, com a desigualdade entre as castas (embora formalmente elas tenham sido abolidas), com as de posição social mais baixa sendo as de remuneração pior e onde grassa a precarização do trabalho. Ou da China, onde um regime que de coletivista só tem o nome usa e abusa da cooptação sindical e da ocultação dos movimentos grevistas.

Mas também na Europa, inclusive na França e Alemanha, além de no México e em outros países, a recente crise financeira fez recrudescer a prática da precarização do trabalho, através de empregos temporários e diminuição da remuneração. Isso cria situações paradoxais, como a que apontou **Christian Pichilovski, da CGT francesa**. Segundo ele, graças aos incentivos financeiros e às exportações, a indústria automotiva dá sinais de recuperação. Mas isso não aparece no poder aquisitivo dos trabalhadores, que caiu e permanece mais baixo do que antes. Cria-se aquela situação por nós, latino-americanos, tão conhecida de que "a economia vai bem e o povo vai mal".

Mais uma vez, a situação brasileira se destaca dentre as demais, com o aumento da formalização do emprego e também do poder de barganha dos sindicatos, conseguindo avanços reais na remuneração. Também isso se deve à política do atual governo de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, que se reflete em todas as camadas de trabalhadores. Embora, como ressaltou **Valter Sanches, diretor de Comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e representante dos trabalhadores no Conselho Diretor Internacional da Daimler**, o Brasil apresente grandes desigualdades regionais em termos de tratamento dos trabalhadores, inclusive no setor automotivo.

De qualquer modo, a Conferência, além de expor a complexidade do problema, serviu para uma excelente troca de experiências na direção de se formarem redes de informação e conjugação de esforços das diferentes partes envolvidas nele.

Mas mostrou, também, que, exatamente graças a essa complexidade, estamos longe de visualizar um concreto fim da "era do automóvel", como querem alguns, apesar de haver um reconhecimento geral que os problemas tenham de ser enfrentados desde agora. Como disse o representante chinês, Au Loong, "nos Estados Unidos há 80 carros por cem habitantes. Na China, há 2. E o governo não está contente com isso, e vai aumentar a produção e o consumo de carros. Como se falar em fim da era do automóvel"?

De fato, eles são mais de um bilhão e trezentos milhões de chineses. E ali ao lado está a Índia, chegando no um bilhão e duzentos milhões. Como se comentou numa roda paralela de conversa, não dá para dizer: "olha, nós europeus, norte-americanos e japoneses, vamos continuar com nossos às vezes vários carros por família; vocês, que andem de bicicleta ou a pé". A solução virá de todos, ou de propostas globalmente articuladas, ou não virá de ninguém. *(Flávio Aguiar)*

Seminário sobre a integração do setor naval no Mercosul

Representantes de sindicatos de categorias vinculadas à cadeia produtiva do setor naval - metalúrgicos da construção naval, siderurgia, elétrico, motores, mecânica, etc., da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, participaram, nos dias 4 e 5 de novembro, do Seminário Sindical sobre a integração da cadeia produtiva do setor naval no Mercosul.

Organizado pela CNM/CUT e pela Comissão de Desenvolvimento Produtivo da CCSCS, o encontro buscou informar e articular os sindicatos para participarem diretamente da iniciativa, contribuir para a política de integração produtiva e geração de empregos de qualidade nos países do Mercosul e fortalecer as iniciativas sindicais de participação no processo de integração produtiva e aprofundamento do processo do Mercosul.

A CNM/CUT entende como extremamente importante um encontro deste tipo por ter em vista que nos anos 80/90 a indústria naval dos países do Cone Sul (Argentina e Brasil principalmente) foi quase destruída, como consequência de ausência de políticas de produção para o setor e a política agressiva de importações e compras de barcos no exterior pelos governos.

O governo do presidente Lula vem desenvolvendo uma ativa política de recuperação industrial do setor, promovendo medidas e ações como compras públicas, que têm alavancado a produção que praticamente quintuplicou o número de empregos no setor em todo o país; existe a necessidade de se recompor a cadeia produtiva do setor naval e que isso pode e deve incluir a participação de empresas e trabalhadores sediados nos países que integram o Mercosul e mais o Chile; as entidades de representação patronal do setor da Argentina e Brasil já firmaram um protocolo de cooperação sobre a integração do setor (em 2008) e que a iniciativa foi apoiada pelos presidentes dos dois países; o Grupo de Integração Produtiva - GIP do Mercosul, organismo que vem comandando as iniciativas de integração de cadeias produtivas no bloco e que dentre os setores escolhidos pelo GIP encontra-se o da indústria naval.

Luta dos Trabalhadores da Tenaris na Colômbia

SINTRATUCAR, Sindicato de los Trabajadores de Tubos Caribe na Colômbia, contatou a Tenaris uma vez mais para tentar negociar um acordo para estabelecer um primeiro contrato coletivo. A negociação foi suspensa à espera da junta de arbitragem, mas a empresa está usando todos os artimanhas para impedir a constituição do Comité de Arbitraje.

Mostrando que a pressão do Comitê Internacional da Tenaris está chegando a ele, Ricardo Properi, CEO da Tenaris na Colômbia, disse à comissão de negociação, mesmo "se vocês escreverem ao Papa que não haverá negociação aqui."

Imediatamente, acusou os trabalhadores quanto aos baixos volumes e a baixa qualidade dos produtos, dizendo que muitos pedidos estão sendo preenchidos por outras plantas da Tenaris. Isso traz a insegurança porque parece indicar que a Tenaris poderia fechar a fábrica em vez de negociar com o Sindicato.

SINTRATUCAR sabe que esses são tempos difíceis para os seus associados, e para os apoiar o sindicato decidiu reduzir a contribuição sindical de 1,5% para 1% do salário.

Após 33 dias, trabalhadores encerram greve na França

Após mais de um mês, trabalhadores das refinarias e do principal porto petrolífero da França votaram nesta sexta-feira (29/10) pelo encerramento da greve contra o novo regime de reformas aprovado pelo governo.

Em greve há 33 dias, os trabalhadores do porto de Fos-Lavera, em Marselha, iniciaram os protestos por questões locais de condições de trabalho e posteriormente uniram-se às manifestações anti-reforma da previdência que aconteceram em todo o país. "Hoje uma série de elementos tornou possível propor aos trabalhadores o retorno ao trabalho", afirmou Pascal Galeote, um dos líderes da mobilização.

A decisão, segundo o ministro de Energia, Jean-Louis Borloo, acelera a normalização da crise de combustíveis que o país vive. "Até a metade da próxima semana a situação deve estar completamente normalizada", disse.

Os dias consecutivos de greves e protestos por toda a França não foram suficientes para impedir que o Parlamento aprovasse a reforma, que entre os pontos mais polêmicos tem o aumento da idade mínima para a solicitação da aposentadoria. Para entrar em vigor o projeto deve passar agora por um conselho para determinar se é constitucional ou não e posteriormente pela aprovação do presidente, Nicolas Sarkozy.

Mais cedo, Sarkozy disse compreender os receios da população em torno das reformas, disse que "atenderá" esses temores, mas garantiu que aprovará a reforma. (*Opera Mundi*, 03.11.2010)

A mídia e a agenda do novo governo

Ninguém quer tolher a livre circulação de informações e impor a censura. A não ser a grande mídia brasileira, que tenta a todo custo, sufocar e colocar uma mordaca esse saudável debate que não tem como ser interrompido.

Gilberto Maringoni

Muito mais do que a candidatura José Serra e sua coalizão demotucana, a derrotada destas eleições foi a grande mídia. Ou o verdadeiro partido de oposição no Brasil. Não falamos aqui de intrincados conceitos gramscianos, mas das reflexões de Judith Brito, presidente da Associação Nacional dos Jornais (ANJ). Segundo ela, à falta de uma oposição estruturada no país, a imprensa deve cumprir tal papel. Não é à toa que sustentou José Serra desde o primeiro momento.

Pois a mídia brasileira, mesmo derrotada, não passa recibo. Já está de armas e bagagens empenhada no terceiro turno: a definição da agenda do governo Dilma.

Logo no domingo à noite, mal anunciados os resultados eleitorais, comentaristas revezavam-se diante de câmeras e microfones para alertar o país sobre a necessidade de um duro ajuste fiscal, de uma reforma da Previdência, de restrições a reajustes salariais e de redução da “gastança” governamental. Um saco de maldades estaria à caminho.

Iniciativa perdida

A imprensa brasileira tenta retomar a iniciativa política, perdida nos últimos anos. Apostou contra os interesses nacionais nos enfrentamentos que o Brasil teve na política externa, tentou desmoralizar o presidente da República e demonizar demandas populares. Ela está no seu direito. A novidade é que agora a mídia enfrenta não apenas uma disseminação infundável de pequenos concorrentes pela internet, mas uma repulsa nacional às diretrizes liberais e privatistas que apoiou em tempos recentes.

A imprensa é personagem das disputas políticas. Mais importante do que “fazer a cabeça das pessoas”, ela busca apontar os assuntos sobre os quais as pessoas devem pensar. Essa é a base da Teoria do Agendamento – ou “Agenda setting”, em bom português – formulada nos anos 1970 por dois pesquisadores norte-americanos, Maxwell Mc Combs e Donald Shaw. Funciona mais ou menos assim: uma hora é o mensalão, outra é o suposto caso do vazamento de dados, mais adiante são as polêmicas religiosas e por aí vai. São firulas do varejo político pré eleitoral. O que faziam anteriormente era estabelecer as normas do grande debate de rumos para o país.

O mecanismo funcionou bem até 2006. No primeiro mandato de Lula, com a inestimável colaboração de setores ultraliberais do governo, representados pelos ministros Antonio Palocci, Paulo Bernardo e pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a mídia e os setores por ela articulados impuseram uma grande pauta continuísta. Com a situação de desarranjo geral na economia, legado pelo governo FHC, os meios de comunicação viram suas diretrizes vencerem ao longo de quase todo o primeiro quadriênio petista, a ponto de o ajuste fiscal realizado em 2003 ter sido o mais duro desde 1990. >>>

Centrais sindicais criam rede de comunicação na AL

A Confederação Sindical de Trabalhadores/as das Américas (CSA) decidiu criar uma rede sindical de informação no continente para fortalecer a luta pela democratização dos meios de comunicação. Conferência realizada em Montevideu reuniu entidades sindicais e movimentos sociais de mais de 20 países latino-americanos para discutir a situação da comunicação no continente. Manipulação midiática da suposta agressão do candidato José Serra por uma bolinha de papel e postura racista contra o presidente boliviano Evo Morales foram citados como exemplos de que “as frentes de guerra número um, dois e três estão nos meios de comunicação e no controle da opinião pública, nas palavras do jornalista basco Unai Aranzadi.

Leia o artigo de Leonardo Wexell Severo

Leia a Declaração Final do encontro

>>> A mídia e a agenda do novo governo

Após a crise política de 2005 e com uma evidente melhoria no quadro internacional, dois postos-chave da administração pública foram mudados, a Fazenda e a Casa Civil. Assumiram suas cadeiras Guido Mantega e Dilma Rousseff. Aos poucos saiu de cena a pauta liberal e tomou corpo uma orientação desenvolvimentista, cujo primeiro esboço foram os maciços investimentos estatais sintetizados na primeira versão do PAC. Uma nova agenda então se consolidou, a do desenvolvimento.

Quem dá o tom

Agendas políticas não são estipuladas apenas pelos governos, mas fazem parte da disputa pela hegemonia na sociedade. Impõe agenda quem tem força e iniciativa política.

Assim, a pauta do início dos anos 1980 não foi obra da ditadura, que vivia seus estertores. A orientação democrática tomou corpo de fora para dentro do governo, pelos partidos de oposição e pelos movimentos sociais, que exigiam o fim do regime de exceção. Da mesma forma, na segunda metade daquela década, a discussão central tinha como eixo norteador a questão do Estado.

Os embates oriundos da sociedade se cristalizaram na Assembleia Constituinte, em 1988, após acirradas contendas realizadas na fase terminal dos governos militares e no epílogo do longo ciclo desenvolvimentista, observado entre 1930 e 1980.

A partir de 1990, com as vitórias de Fernando Collor e de Fernando Henrique, a agenda foi imposta a partir de cima. Com um país traumatizado por quase uma década de inflação descontrolada, a estabilidade ganhou o centro do palco, tendo como decorrência uma redefinição do papel do Estado, via privatizações e financeirização da economia.

A história posterior é conhecida. O modelo liberal se esgotou em 2005.

O desenvolvimentismo destes últimos cinco anos foi marcado por uma forte característica social. Na maior parte da América do Sul se deu algo semelhante. A erradicação da pobreza ganhou relevância.

Nova década

Qual seria uma agenda viável para esta nova década, que fortaleceria a organização da sociedade e suplantaria os interesses das elites, vocalizadas pela mídia?

Há várias. Um ponto parece ter maioria na coalizão da presidenta Dilma Rousseff: o desenvolvimento continua. Mas há um fator que precisa também estar no centro dos debates: o papel das comunicações em nossa sociedade.

A pergunta é: há possibilidade de o Brasil construir um projeto nacional e democrático de desenvolvimento com uma indústria midiática antidemocrática, elitista, excludente e monopolizada, que tenta se legitimar como esfera pública e lócus essencial da definição de rumos para o país?

As entidades populares, os partidos democráticos e incontáveis ativistas sociais já têm um ponto de partida para entrarem nessa conversa. Trata-se das resoluções da I Conferência Nacional de Comunicação, realizada em dezembro de 2009. Um tento histórico! Algumas das bandeiras lá definidas começam a se tornar realidade. Assembleias Legislativas de vários estados começam a construir Conselhos Estaduais de Comunicação. O governo Lula deu início ao Plano Nacional de Banda Larga para fazer frente à falta de investimentos das empresas privadas do setor. O IPEA realizará, no final de novembro, em Brasília, a Conferência do Desenvolvimento, na qual o tema comunicação terá espaço destacado (ver em www.ipea.gov.br).

Ninguém quer tolher a livre circulação de informações e impor a censura. A não ser a grande mídia brasileira, que tenta a todo custo, sufocar e colocar uma mordaza esse saudável debate que não tem como ser interrompido.

Gilberto Maringoni, jornalista e cartunista, é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e autor de "A Venezuela que se inventa – poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez" (Editora Fundação Perseu Abramo).